

PAULA MELANI ROCHA

Mulher jornalista

Relações familiares e profissionais

*Woman journalist
Professional and family relations*

Resumo: Este artigo compara o perfil da mulher jornalista residente na capital com a do interior do estado de São Paulo, no Brasil. A metodologia apresenta dados quantitativos e análise interpretativa qualitativa da amostragem. Ao todo são 17 mulheres, sendo 8 do interior e 9 da capital, com e sem filhos, pertencentes a diferentes gerações, casadas, separadas e solteiras. Foram analisados os seguintes aspectos: mercado de trabalho feminino na capital e no interior; relações profissionais; condições que estabeleceram para administrar o trabalho e as obrigações do lar; e relações privadas. A inserção dessas mulheres no mercado de trabalho foi classificada em três tipos: carreiras que seguem o modelo feminino; carreiras que seguem o modelo masculino; novos campos de atuação. A pesquisa conclui que no interior as mulheres dedicam-se mais à família, o mercado de trabalho é mais tradicional que na capital e tem um maior preconceito em relação à profissional mulher.

Palabras-clave: relação familiar-profissional; qualidade de vida; feminismo; gênero; jornalismo.

Abstract: *This paper compares and analyzes the profile of women journalists who live in the capital and interior of São Paulo State, Brazil. Design: Quantitative data and qualitative-interpretative analysis of the sample. Sample: 17 women, 8 of whom came from the interior and 9 from the state capital; with or without children; from different generations; married, divorced or single. Findings: the female labor market in the capital and interior; professional relations; conditions established for managing work and household tasks; and private relations. We classified these women's insertion in the labor market in three types: careers that follow the female model; careers that follow the male model; new activity areas. Implications: In the interior, women are more dedicated to the family, the labor market is more traditional than in the capital and there exists greater prejudice against female professionals.*

Keywords: *professional-family relations; quality of life; feminism, gender, journalism.*

INTRODUÇÃO

O número de mulheres no mercado de trabalho em jornalismo, no Brasil, aumenta a cada ano. Em 2003, o mercado nacional empregava 14.328 homens jornalistas e 14.154 mulheres, respectivamente 50,3% contra 49,7%. Há dez anos a proporção era de 59,9% de homens e 40,1% de mulheres. No estado de São Paulo, as mulheres já são maioria, elas ocupam 52,3% das vagas e os homens estão com 47,7% dos postos de trabalho. A feminização da carreira está relacionada ao processo de profissionalização da mesma. No campo científico também vem aumentando o número de pesquisas sobre gênero. (RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho)

Dentro da reflexão Comunicação e Gênero, proposta neste I Foro Internacional, este artigo apresenta a discussão do trabalho empírico da tese de doutorado defendida no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. (Rocha, 2004) A pesquisa aborda a mulher no jornalismo no Estado de São Paulo no período de 1986 a 2001, mais especificamente o perfil das profissionais que residem na capital e o das jornalistas que atuam em uma cidade do interior do estado, Ribeirão Preto. A proposta é analisar como a mulher jornalista administra suas relações profissionais e familiares frente às extensas jornadas de trabalho e à competitividade do mercado. Se há ou não diferenças entre o cenário da capital e o de uma cidade do interior. Procurou-se responder as seguintes questões: as características do movimento de feminização das profissões englobam todos os setores do mercado de trabalho ou ocorre apenas em campos específicos? Quais as motivações que determinam a escolha profissional de uma mulher? Qual a relação entre o mercado de trabalho e as relações com os pares profissionais? Como as mulheres administram as relações profissionais e familiares? Como estruturam as relações privadas e a opção por ter ou não filhos? Essas questões sintetizam aspectos da atividade profissional da mulher, no caso jornalista, e sua finalidade de vida, parte integrante de suas condições de saúde física e mental.

O INGRESSO DE MULHERES E A PROFISSIONALIZAÇÃO DA CARREIRA

A carreira de jornalismo registrou um aumento na feminização após o seu processo de profissionalização iniciado no século passado, mais especificamente, a partir do final da década de 30, com a criação das associações e sindicatos, passando pelo surgimento dos cursos de credenciamento, exigência do diploma para o exercício da profissão, divisão por editorias nas redações até as inovações tecnológicas. O

Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo foi criado em 1937. Entre os jornalistas atuantes na década de 30 destaca-se a primeira mulher repórter no país, Margarida Izar:

...antes de Margarida, mulher em redação trabalhava mais em culinária, suplemento feminino, sociais, os chamados assuntos de cama e mesa. Ela, não. Era repórter de geral, de pegar pauta de manhã e sair, com fotógrafo ou sem, para abrir caminho e conseguir manchete. Competente, responsável, meiga e suave, Margarida enfrentava qualquer assunto, buscava o furo, a exclusividade. Tinha também um forte sentimento de solidariedade e um gosto pela participação política, no lado do mais fraco, é claro (Ribeiro, 1998:40).

A licença para a Escola Superior de Jornalismo saiu em setembro de 1939 e foi concedida pelo Conselho Nacional de Educação. Ela seria sediada no Rio de Janeiro, mas nunca chegou a funcionar. O primeiro curso superior de jornalismo é de 1947, da Fundação Casper Líbero. A Escola de Comunicação e Arte (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) foi criada em 1966, em São Paulo. Em 17 de outubro de 1969, foi aprovado o Decreto-Lei 972, com alterações posteriores regulamentando a profissão e consagrando a exigência de curso superior de jornalismo para o exercício da profissão.

Enquanto em 1939 apenas 2,8% dos jornalistas na capital eram mulheres, em 1950 esse número aumentou para 7%. Chegou a 10% em 1970, 40,2% em 1980 e atingiu a maioria em 1990. Em 1995, as mulheres já constituíam a maioria na capital: 64,8% contra 35,2% de homens. No entanto, o número registrado pelo Ministério do Trabalho não corresponde ao número de profissionais atuando no mercado (Ribeiro, 1998).

Na década de 80 aumentou a remuneração salarial e foram criadas editorias, acarretando maior especialização do profissional por áreas e exigência de um profissional com maior conhecimento de todo o conjunto de uma redação. Em seguida, houve também mudanças tecnológicas, como a introdução dos computadores nas redações, o surgimento do jornalismo *on-line* e da televisão na internet. Todas essas transformações vêm alterando o perfil do profissional, além de propiciarem a inserção de mulheres nas redações. Mas o processo de profissionalização não está sedimentado, quando se compara com carreiras como medicina e direito.

A profissionalização e sua especialização estão interligadas ao processo histórico, às mudanças políticas, sociais e econômicas. A história das profissões tem seu marco no industrialismo capitalista do século XIX, quando aumentou a competitividade no campo de trabalho. As ocupações começaram a buscar um lugar seguro na economia e a

4 • Paula Melani Rocha, Mulher jornalista

disputa levou à criação de associações e instituições próprias. Surgiram as associações, os credenciamentos, a licença, o registro e os cursos superiores. São esses fatores que elevaram o status de algumas ocupações para a esfera da profissão (Freidson, 1994).

Em 1986, as mulheres jornalistas representavam 36% do quadro de profissionais do país. Em 1996, a proporção era de quatro profissionais do sexo feminino para cada grupo de 10 profissionais. (RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho) No entanto, dentro da carreira, ainda há diferenças entre os gêneros com relação ao piso salarial, à jornada de trabalho, às funções e aos veículos de comunicação. Os cargos administrativos são ocupados, em sua maioria, por profissionais masculinos. A mulher jornalista ainda permanece mais tempo ocupando o mesmo cargo em comparação ao profissional do sexo masculino.

O aumento da participação feminina no jornalismo deve-se primeiramente por não ser uma profissão consolidada, ou seja, não tem o mesmo poder, autonomia, controle de mercado e produção de saber da medicina e do direito. A feminização ainda ocorre em maior número em áreas menos prestigiadas ou mais recentes, sendo menor nos setores tradicionais como rádio e jornal impresso. As mulheres estão concentradas em: revista, setores extra-redação (assessorias de imprensa, universidades), televisão e agências de notícias. A maioria dos cargos de chefia ainda é ocupado por homens. O número de mulheres que ingressam nas faculdades é superior ao de homens, elas correspondem a 67% dos estudantes de graduação, mas o número de mulheres atuando no mercado não acompanha essa proporção. A mulher com curso superior recebe o equivalente ao profissional do sexo masculino que possui o segundo grau. Em 2000, a mulher jornalista no Brasil ganhava 5,09% a menos que o homem. (Sant'Anna & Nardelli, 2002). O que mostra uma discriminação menor do que em profissões consolidadas.

METODOLOGIA

Trata-se de uma análise qualitativa de entrevistas fundamentada nos referenciais teóricos de Bourdieu (1989,1999) e Giddens (1991, 1993), contrastando com o olhar de Hochschild (1997, 2003) sobre as relações de gênero e das autoras Lauretis (1994) e Scott (1990) que constroem o gênero como categoria. Bourdieu, na perspectiva da representação simbólica, enfatiza a discussão sobre dominação masculina. O autor mostra que, apesar das mudanças emergentes na sociedade ocidental contemporânea e das conquistas femininas nos campos profissional, econômico, político e social, ainda prevalece a dominação masculina.

Giddens utiliza a perspectiva da estruturação e defende que está ocorrendo uma mudança nas relações entre os gêneros e a mulher vem conquistando um espaço maior na sociedade. Hochschild estuda as relações entre os gêneros na sociedade capitalista do século XX, mais especificamente as relações entre emoção, gênero, família, capitalismo e globalização, e mostra que há um mix de códigos culturais presentes na sociedade. Para a autora há uma convivência das duas culturas propostas por Bourdieu e por Giddens, a qual dá uma flexibilidade à mulher para definir a situação e agir segundo esse agrupamento nos espaços público e privado, combinando essas influências e atribuindo sentido às suas experiências.

Na busca do entendimento das motivações das profissionais jornalistas nas suas trajetórias no mercado de trabalho e nas suas relações profissionais e familiares, realizou-se uma análise comparativa entre os modelos teóricos destes três autores. Procurou-se confrontar as argumentações de Bourdieu, Giddens e Hochschild, e verificar se há ou não a predominância de alguma dessas argumentações nos depoimentos das profissionais entrevistadas. Para isso, criou-se uma tipologia que classifica as mulheres entrevistadas em três linhas de atuações diferentes dentro da carreira: o tipo 1 refere-se às profissionais que seguem a visão dominante sobre as áreas femininas; no tipo 2, estão aquelas que seguem a visão dominante sobre as especializações masculinas; e o tipo 3 corresponde às profissionais que ingressaram em um novo campo pouco explorado no jornalismo até final da década de 80, como por exemplo, jornalismo ambiental, científico, organizações não governamentais e empresas de consultoria.

CAPITAL VERSUS INTERIOR

O estado de São Paulo foi o espaço geográfico escolhido para estudo em função do desenvolvimento econômico, industrial, cultural e, em especial, em comunicação e serviços. Segundo dados fornecidos pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, a maior concentração de jornalistas (incluindo homens e mulheres) é nesse estado, correspondendo a 28,48% (7.692) do país, além das mulheres já serem maioria nos postos de trabalho em jornalismo (52,3%).

Comparar a capital com o interior, Ribeirão Preto, uma cidade com 505 mil habitantes (dado do censo do IBGE de 2000), foi uma opção metodológica, visando a obter informações de duas realidades que, por hipótese, retratam condições profissionais diferentes para a mulher. Ribeirão Preto-SP abriga uma diversidade de veículos de comunicação: possui correspondentes de dois jornais nacionais, sete emissoras de televisão, quatro jornais locais, três revistas, quatro emissoras de rádio

freqüência AM que transmitem programas jornalísticos, além de assessorias de imprensa e correspondentes de agências de notícia. É uma cidade que ocupa papel de destaque na economia agro-industrial do estado. Possui seis universidades e faculdades, sendo uma pública estadual e cinco particulares. Nessas, quatro possuem cursos de Comunicação Social, sendo três específicos em jornalismo. Contudo, ainda é um município relativamente com perfil de interior, distante aproximadamente 320 quilômetros da capital.

São Paulo é a capital do estado de São Paulo, a maior cidade brasileira e do hemisfério sul, com uma população de 10.434.252 habitantes (dados do IBGE referente ao censo de 2000). É considerada pólo cultural e a cidade mais rica do país, no entanto, abriga uma diversidade econômica e de classes sociais. A capital sedia 159 instituições de ensino privadas e públicas, sendo 35 com habilitação em jornalismo, entre elas está a USP, maior universidade pública do Brasil e a primeira faculdade de jornalismo, a Fundação Casper Libero (dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Ministério da Educação). A cidade comporta as maiores emissoras de televisão, rádios, jornais impressos e revistas.

Delimitado o espaço geográfico, passou-se à exploração do campo através de uma pesquisa nos documentos do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. A análise revelou que o mercado de trabalho está subdividido em cinco grandes áreas: jornais impressos, revistas, agências de notícias, emissoras de rádio e de televisão e setores extra-redação (assessorias de imprensa, universidades entre outros).

Há diversificação na participação feminina nos diferentes setores do jornalismo. Nas revistas, a mulher é maioria, compondo 53,40% do mercado. Nas agências de notícias, as jornalistas mulheres representam 48,05%. Nos jornais, elas são minoria, correspondem a 40,73%. Nas emissoras de rádio e televisão, as profissionais mulheres ocupam respectivamente 34,47% e 48,32% do mercado. Nos setores extra-redação, as mulheres são 50,35%, sendo maioria por uma pequena vantagem (Relatório Técnico do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo referente ao ano de 2001). A tendência é a mulher ocupar postos novos, que ainda não estão dominados pelo mercado masculino.

A jornada de trabalho, de acordo com Decreto-Lei 910 de 30 de novembro de 1938, é de cinco horas, tanto de dia como de noite, e mais duas horas contratuais, com uma folga semanal. Mas na prática, dependendo do campo de atuação, a duração da jornada oscila entre sete horas e meia (sendo meia hora de refeição) a doze horas diárias.

Veículos como jornais diários e revistas semanais com cobertura nacional exigem mais do profissional. Agências de notícias e assessorias de imprensa, em geral, conseguem manter a jornada dentro do limite legal. Nas emissoras de rádio e televisão, a jornada de trabalho depende da função do profissional e do porte da empresa de comunicação, mas em média segue as sete horas e meia previstas, com uma folga semanal. Outra diferença diz respeito ao porte da cidade. Normalmente, o trabalho na capital é mais exaustivo, por ser um centro populacional, econômico e político. As diferentes características entre a maior cidade da América do Sul e uma cidade do interior, no caso Ribeirão Preto, interferem nas atividades diárias do profissional.

UNIVERSO DA PESQUISA: MULHERES JORNALISTAS

As fontes primárias são as entrevistas com 17 mulheres jornalistas, sendo oito de Ribeirão Preto e nove da capital. São mulheres brancas, com e sem filhos, casadas judicialmente, com uniões estáveis e solteiras, pertencentes ao estrato social médio e de gerações distintas, entre 23 e 54 anos. A seleção das entrevistadas partiu da segmentação do mercado de trabalho nas cinco áreas estabelecidas pelo Sindicato e incluiu também jornalistas que optaram por outra carreira. As entrevistas foram realizadas no próprio local de trabalho das entrevistadas ou em suas casas, de acordo com suas escolhas, determinadas por limitações de tempo e disponibilidade. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas. Utilizaram-se duas técnicas: história de vida pessoal e profissional e entrevista aberta. Seguiu-se o mesmo roteiro aplicado às profissionais jornalistas residentes na capital e no interior. Levaram-se em conta as exigências formais sobre pesquisas que envolvem seres humanos, obtendo o consentimento dos participantes após esclarecer os objetivos e métodos da pesquisa e comprometeu-se em manter em sigilo suas identidades.

Apresentou-se o perfil das entrevistadas de acordo com as seguintes características: idade, estado civil, escolaridade, número de filhos, se exerce a profissão de jornalista e cidade onde reside. Adotou-se como referencial para a classificação em tipos, as características das profissionais no mercado de trabalho. Apesar desta classificação, é válido ressaltar que cada tipo é formado por sujeitos múltiplos, com subjetividades diferentes, afastando-nos de modelos rígidos. A tipologia reflete a complexidade das relações. Gênero e profissão são duas categorias relevantes na análise dos discursos das entrevistadas, pois, fazem parte de suas trajetórias, escolhas pessoais e profissionais.

Entre as 8 entrevistadas de Ribeirão Preto, três trabalham em uma emissora de televisão, três em assessoria de imprensa, uma em revista e uma não seguiu a carreira de jornalismo. Foram entrevistadas 9 jornalistas da capital: duas trabalham em jornal impresso, duas em emissoras de televisão, duas em revistas, duas trabalham como jornalistas para Organizações Não Governamentais - ONGs, e uma não seguiu a carreira de jornalismo.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Na análise do campo empírico, ao comparar o mercado e o perfil das profissionais da capital e do interior, constatou-se que das 17 entrevistadas, seis se encaixaram no tipo 1, seis se encaixam no tipo 2 e cinco entrevistadas no tipo 3. Embora classificasse a tipologia de acordo com o mercado de trabalho em modelo feminino (tipo 1), modelo masculino (tipo 2) e profissionais que inovaram em novas áreas no campo da profissão (tipo 3), deparou-se com uma diversidade mesmo dentro das tipologias. O tipo 1 priorizou a família à profissão, aproximando-se de áreas de trabalho mais afins. As entrevistadas dessa tipologia seguiram carreiras dentro ou fora do jornalismo, destacando as áreas de cultura, comportamento, educação e música, todas ligadas à produção simbólica do universo das artes. A vocação foi construída a posteriori. São mulheres que adequaram suas carreiras profissionais às suas escolhas pessoais, entre essas estão casamento e filhos.

As seis entrevistadas do tipo 1 trabalham fora, são independentes financeiramente e duas das três separadas, que têm filhos ainda dependentes, são as responsáveis pelo sustento da casa. A maioria das entrevistadas do tipo 1 pertence a gerações mais velhas, sendo uma das explicações da identificação do mercado de trabalho com áreas consideradas mais femininas. Por outro lado, elas mudaram suas vidas, todas têm emprego, as mais velhas desempenham cargos de chefia, são reconhecidas profissionalmente e independentes financeiramente. No ambiente público referente à profissão, as entrevistadas atuam em áreas consideradas femininas, no entanto, no ambiente privado, a casa, elas assumiram a postura masculina, combinando os dois códigos culturais propostos no modelo de Hochschild, o tradicional e o moderno, adequando-os ao modelo emocional que têm de si e às interações que vivem.

As quatro entrevistadas que casaram e tiveram filhos priorizaram nos seus momentos de escolha entre profissão e vida pessoal, a segunda. Optaram por casar e ter filhos e seguirem os maridos. As mulheres do tipo 1 continuam acumulando as tarefas do lar, agregando mais essa jornada, aproximando-se da discussão proposta por Hochschild sobre a

terceira jornada de trabalho exercida pela mulher. Nas obrigações do espaço privado, as entrevistadas dessa tipologia contaram com a ajuda de empregadas domésticas ou de familiares. Grande parte do avanço das mulheres pertencentes ao estrato social médio no Brasil deve-se ao trabalho das mulheres mais pobres que trabalham como empregadas domésticas, garantindo a ordem doméstica e permitindo a saída da mulher em melhores condições profissionais para o espaço público. Os companheiros não participaram das divisões de tarefas de casa e da criação dos filhos de forma igualitária. Eles ajudaram e principalmente não atrapalharam, mas o funcionamento da estrutura ficou nas mãos das entrevistadas. As justificativas apresentadas foram: falta de dinheiro por parte do companheiro, falta de tempo devido ao trabalho ou atribuir isso à mulher mesmo, "já que ela quis ir trabalhar fora".

O tipo 2 tem maior concentração em gerações mais novas, comparado com o tipo 1. A maioria das profissionais dessa classificação cumpre jornada mais extensa, em média dez horas diária, com plantões nos finais de semana e feriados. Diferem do tipo 1, elas cobrem assuntos gerais, desde economia passando por política e guerra até ciência e tecnologia. O tipo 2 também se aproxima do modelo proposto por Hochschild. A divergência em relação ao tipo 1, é que as entrevistadas do tipo 2 combinam os dois códigos de forma diferente das entrevistadas do primeiro tipo. As profissionais do tipo 2 priorizam a carreira profissional. Elas adequaram as relações pessoais, a organização da casa e o cuidar dos filhos às suas jornadas de trabalho. Dividem as obrigações com filhos, mães, maridos, empregadas e instituições. Ao contrário das entrevistadas do tipo 1, as do tipo 2 procuram enquadrar a situação com menor "sentimento de culpa" nos seus discursos por se dedicarem à profissão. Elas tratam esse assunto como uma escolha natural na modernidade, o que demandou muito trabalho emocional, em parte ele é herdado de gerações anteriores.

De forma diferente do tipo 1, no tipo 2 é menor o número de entrevistadas com filhos, são duas com filhos e 4 sem filhos. Antes as mulheres dedicavam uma maior quantidade de tempo à maternidade, tempo esse imposto pela cultura tradicional de que a mulher deveria ficar em casa cuidando dos filhos. No cuidar dos filhos, o tipo 1 apresenta mais afinidades com o conceito tradicional e o tipo 2 tende para o moderno caloroso (Hochschild, 2003). Nos dois casos as mães trabalham fora, a diferença é que enquanto no primeiro, a mãe divide o seu tempo entre a carreira e as obrigações da casa e do cuidar do filho, no segundo, a mãe dedica-se tempo integral à profissão e tenta compartilhar e dividir as responsabilidades dos filhos com instituições e parentes. Ela não se sente culpada pela sua ausência. No primeiro

modelo, no entanto, a mãe perde no investimento profissional por participar mais das obrigações da casa e do cuidar dos filhos, evitando-se ausentar durante tempo integral. O tipo 1, composto por entrevistadas pertencentes a uma faixa etária mais velha que as entrevistadas do tipo 2, foi a primeira geração a realizar o trabalho emocional de administrar a carreira com os cuidados da casa e do filho, proporcionando mais facilidades para a geração que a sucedeu, aqui representada pelo tipo 2.

Embora o tipo 2 possa lembrar a ruptura com a tradição proposta na visão de Giddens, ele aproxima-se do modelo proposto por Hochschild, por explicar melhor a diversidade encontrada na atuação destas profissionais. São mulheres que disputam um mercado de trabalho de forma semelhante aos profissionais homens, cumprindo extensas jornadas de trabalho e ocupando cargos que exigem uma maior dedicação do profissional. Elas conseguiram ocupar o espaço público combinando os dois códigos propostos pela autora, mas em vez da democratização do espaço privado avançar para o público, o que se verifica, principalmente, é a expansão da lógica do capitalismo e das empresas na vida da casa.

Todas as entrevistadas do tipo 2 que possuem marido ou filhos, diferentemente das do tipo 1, adequaram as obrigações familiares ao horário de trabalho e não o contrário. Como mostra Scott (1990) para entender as relações de gênero é necessário acabar com a fixidez de uma representação binária do gênero e construir uma análise que inclua também noções de política, instituições e organização social, bem como os símbolos, os conceitos normativos e a identidade de cada sujeito. A relação de poder entre os gêneros não é fixa; o poder circula em uma sociedade, mesmo de forma desigual.

As entrevistadas do tipo 3, que ingressaram em um novo campo do jornalismo, inovaram na carreira como uma extensão das suas vidas pessoais e abriram mão da família. Elas atuam no campo profissional com características do modelo proposto por Hochschild (2003), um mixing entre os dois códigos, o tradicional e o moderno, segundo o olhar da discussão teórica proposta nessa pesquisa. As entrevistadas especializaram-se nas áreas direcionadas ao meio ambiente, inseminação artificial, automobilismo e feminismo. As motivações que as levaram a fazer jornalismo estão próximas do modelo feminino, gosto pela escrita, pela música e pela cultura, no entanto, também foram motivadas pelos movimentos políticos, sociais e ambientais e arriscaram-se em áreas novas, até então pouco exploradas pelo mercado. Transformaram o exercício da profissão em um instrumento de luta dos ideais que acreditam, especializando-se em suas áreas de

atuação. Elas conseguiram acumular capital cultural e social na militância ou em outras atividades e transferi-los como saber profissional para o campo do jornalismo. No self (Hochschild, 2003), esse processo realiza-se através do trabalho das emoções e da combinação dos códigos culturais, a partir da mudança na forma como essas mulheres definiam a situação e enquadravam as atividades que faziam.

Todas as entrevistadas do tipo 3 conseguiram um reconhecimento e uma satisfação pessoal na área que atuam a partir dos recursos que acumularam em outros campos. A capacidade de fazer a ponte entre o mundo dos jornalistas e o das feministas, dos ecologistas, dos automobilistas, dos cientistas transformou-se em recurso social e em saber especializado. Essas habilidades sociais alavancaram a inserção das entrevistadas nos novos segmentos de mercado do jornalismo, superando as barreiras e as dificuldades anteriores que enfrentaram para pertencer ao mundo dos jornalistas. Através do trabalho das emoções e da mudança na definição da situação, essas mulheres conseguiram transformar experiências percebidas como desvio, em consagração nas novas áreas surgidas no jornalismo.

Apenas uma entrevistada do tipo 3 optou pela maternidade, mas ela reside no interior e a cidade menor oferece facilidades. Seus pais moram com ela e com as duas filhas. Hochschild mostra que as transformações do século passado, êxodo rural, surgimento das indústrias e das cidades, modificaram o modo de vida tanto do homem quanto da mulher. As mudanças do ambiente público foram transportadas para o ambiente familiar. As mulheres saíram de casa para trabalhar fora, alterando as relações familiares. Para a autora, nessa sociedade capitalista contemporânea convivem na cultura códigos de gênero tradicionais e modernos. A mulher, através do trabalho das emoções, procura se adaptar nos espaços público e privado, de acordo com a atribuição de sentimento que dão através da definição da situação.

A profissional jornalista tem todos os direitos determinados pelas Constituições de 1967 e 1988 (aposentadoria aos 30 anos de serviço com salário integral; proibição de discriminação por gênero, inclusive a diferença salarial; proibição de trabalho insalubre; e garantia de estabilidade a gestantes) incluindo licença maternidade e auxílio creche. O problema é que a jornada dessa profissão inclui feriados e finais de semanas exigindo uma dedicação maior da profissional dentro da empresa e conseqüentemente, um período de ausência da mulher no lar.

Na análise dos discursos das entrevistadas do tipo 1 sobre o mercado de trabalho, piso salarial, relação com os pares profissionais e chefia, verificou-se que elas já vivenciaram discriminação por serem mulheres, sempre quando trabalhavam em Ribeirão Preto. As profissionais que ingressaram há mais tempo na carreira, por encontrarem nas redações predomínio dos homens, sentiam-se tratadas de forma diferente, com mais "carinho". Embora o tom tenha sido fraternal, revela uma diferenciação no tratamento pelo fato de serem mulheres.

Em junho de 2001, a Federação Internacional dos Jornalistas - FIJ e a UNESCO realizaram, na Coréia do Sul, a I Conferência Mundial de Mulheres Jornalistas. Os anais deste evento demonstraram que a jornalista mulher sofre discriminações quanto ao conteúdo das reportagens. Temas mais complexos ou que causam mais impacto na opinião pública são atribuídos aos jornalistas do sexo masculino. Outro aspecto registrado foi a estética, principalmente quando o referencial é a televisão. Mulheres negras, gordas ou tidas como feias encontram mais dificuldades de ingressarem no mercado de trabalho como repórteres em emissoras de televisão. (Sant'Anna & Nardelli, 2002)

As respostas das entrevistadas classificadas no tipo 2 sobre as relações com os pares profissionais e chefias mudam de acordo com a área de atuação de cada uma. Aquelas que trabalham em veículos de comunicação que dependem do trabalho de equipe, como emissoras de televisão ou de rádio, ou estão empregadas em grandes empresas de comunicação em São Paulo, nas quais há uma maior competitividade, informaram que existem problemas com os pares profissionais sejam eles homens ou mulheres. Quando indagadas sobre as relações com os chefes, todas as entrevistadas que atuam em redações no interior disseram que já se sentiram discriminadas. As entrevistadas, em geral, reclamam da alta competitividade profissional entre os colegas. O jornalismo é uma profissão que está vulnerável à lógica do mercado capitalista. Possui um ritmo de trabalho extremamente acelerado, sujeito ao controle de tempo da linha de produção e distribuição, além da urgência de chegar mais rápido ao consumidor. O que a carreira de jornalismo não oferece é uma maior segurança no emprego, independente do gênero do profissional. Quanto ao trabalho na capital, as entrevistadas informaram que consideram o mercado profissional melhor e, embora a média da jornada de trabalho seja de dez horas, elas não vêem isso como algo ruim ou como um empecilho para a vida pessoal. Ao contrário, os discursos mostram que elas administram o tempo.

As entrevistadas do tipo 3, de forma semelhante às do tipo 2, priorizaram o trabalho, no entanto, segundo os depoimentos das

primeiras, no trabalho das emoções que fizeram, julgam que abriram mão da vida pessoal, mas por uma opção “pessoal” e não “profissional”. A qualificação profissional exigiu um investimento maior e uma maior dedicação. Para as entrevistadas do tipo 3, a satisfação profissional é um complemento da satisfação pessoal, há uma congruência entre essas duas esferas.

Todas as entrevistadas do tipo 3 afirmam que o melhor mercado de trabalho na área de jornalismo é a capital, por isso quatro das cinco que formam a amostragem estão atuando em São Paulo, mas todas concordam que a vida na capital é estressante. O estresse evidencia a tripla jornada de trabalho e requer a administração das emoções para alcançar o patamar esperado. Essa definição da situação exige muito trabalho emocional para dar conta de preencher o modelo ideal de si.

Outra característica que predomina no tipo 3, é que das cinco entrevistadas apenas uma é casada e não tem filho. A vida pessoal delas foge do modelo tradicional feminino de casar e cuidar dos filhos, mas mesmo assim precisam lidar com uma jornada extra em termos de trabalho emocional estressante que se distancia do estilo de vida sonhado.

A visão do tipo 3 referente a relações com os pares profissionais e a chefia é bem eclética. Todas falaram que há diferenças nas relações impostas pela chefia, de forma geral, mas o que mais chamou atenção foi a resposta de duas entrevistadas sobre a chefia exercida por uma mulher. Elas disseram que a mulher acaba assumindo uma postura mais severa e até “desumana”. Outra constatação é que os cargos de chefia são ocupados por homens, em sua maioria. O discurso revelou a necessidade do chefe incorporar um estilo masculino para exercer o poder. É preciso masculinizar a função de comando para ser respeitado. A falta de poder, na forma como a mulher é vista, exige dela o uso de mais força para alcançar o mesmo resultado do homem para impor-se. Falta mais autoridade legítima, daí o uso excessivo do mando. O custo em termos de trabalho emocional para ela também é maior do que para o homem. Quando a mulher assume a chefia ela precisa incorporar o papel do homem, para ser respeitada pelos seus subalternos.

A discriminação de gênero, no trabalho, não é o aspecto que mais angustia e exige administração das emoções estressantes. Os depoimentos revelam que as combinações dos códigos culturais disponíveis permitem que essas profissionais se realizem como mulheres com carreiras. Os aspectos mais conflitivos são o ritmo e a competitividade inerentes à atividade, marcados pela lógica da concorrência e da linha de produção capitalista, criando condições de trabalho que fazem com que as profissionais se sintam máquinas

desumanizando homens e mulheres. Esse é o trabalho emocional mais desgastante.

Todas as 17 entrevistadas, independente da tipologia, disseram que enfrentaram muito pouco preconceito dos entrevistados pelo fato de serem mulheres e deve-se à credibilidade dos veículos para os quais as entrevistadas trabalham. Isso surgiu quando a jornalista era muito nova ou se vestia de forma diferenciada. Todos os veículos abordados nessa pesquisa são conhecidos pelo público em geral. O poder midiático também envolve os jornalistas que trabalham nos veículos de comunicação, afastando a discriminação por parte do entrevistado em relação ao gênero. O preconceito recai sobre a empresa ou noticiário e não sobre o profissional. Quando indagadas se preferem trabalhar com profissionais homens ou mulheres também surgiram diferentes tipos de respostas, independente da tipologia. As afinidades estão, em sua maioria, relacionadas ao tipo do trabalho e não ao gênero.

CONCLUSÃO

Na classificação das tipologias, partiu-se das características do mercado de trabalho, estabelecendo três tipos: modelo feminino; modelo masculino; e áreas que inovaram. Ao realizar as análises do campo empírico deparou-se com uma diversidade de modelos de gênero dentro das tipologias, atuando de formas diferentes nos ambientes público e privado. Essa diversidade afastou as análises sobre dominação masculina propostas por Bourdieu e por Giddens. O modelo proposto por Hochschild identifica um mix cultural com a convivência de modelos tradicionais e modernos na cultura contemporânea permitindo às mulheres comporem esses códigos de gênero diversos nos ambientes público e privado, adequando-os ao ideal emocional que têm de si e às interações que vivem. A visão da autora explica melhor os diferentes modelos de gêneros que se encontrou na pesquisa, afastando de uma análise mecânica e reducionista.

A análise dos depoimentos mostrou que a discriminação contra o gênero feminino no mercado de trabalho do jornalismo ocorre mais visivelmente no interior, por ser mais tradicional. As profissionais da capital não se depararam com esse problema. No entanto, a alta competitividade na profissão e as extensas jornadas de trabalho apareceram em todos os discursos. O campo jornalístico está cada vez mais sujeito às exigências do mercado em atrair mais leitores e anunciantes para vender mais jornal, exigindo uma maior produtividade dos profissionais. Por outro lado, como o processo de profissionalização dessa carreira foi tardio, as garantias do profissionalismo estão menos sedimentadas.

O interessante é que das oito entrevistadas que residem no interior, quatro se enquadram no tipo 1, três no tipo 2 e apenas uma no tipo 3. Das nove entrevistadas que residem na capital, apenas duas se enquadram no tipo 1, três se encaixam no tipo 2 e quatro se encaixam no tipo 3. O mercado da capital ainda é mais propício para profissionais qualificadas e dispostas a ingressarem em novos campos, enquanto o mercado do interior é mais tradicional.

Nas relações pessoais e familiares, das oito que residem no interior, quatro são separadas, duas solteiras e duas casadas. Cinco delas têm filhos. Das nove que residem na capital, quatro são solteiras, três separadas, duas casadas e apenas duas entrevistadas têm filhos, uma está classificada no tipo 1 e a outra encaixa-se no tipo 2. O número de jornalistas solteiras e separadas é maior que o número das entrevistadas casadas, das 17 entrevistadas seis são solteiras, sete são separadas e quatro estão casadas. Há uma maior concentração de profissionais com filhos classificadas no tipo 1. Nos tipos 2 e 3 uma minoria tem filhos, sendo que nesse último tipo, apenas a jornalista que mora em Ribeirão Preto tem filhos. No interior, o número de entrevistadas com filhos é maior que na capital. Isso revela que ainda há uma dificuldade em conciliar trabalho, filhos e morar em São Paulo. A capital oferece um mercado mais fértil de opções de trabalho em jornalismo, por outro lado, afasta a possibilidade da maternidade. Os fatores analisados estão intimamente relacionados à qualidade de vida das entrevistadas, pois refletem uma preocupação com a modificação e a intensificação dos componentes da vida, por exemplo, ambiente social, físico e moral bem como suas interações entre o profissional e a família.

É válido ressaltar que as entrevistadas pertencem a gerações diferentes, sofreram influências diversificadas dos avós, pais, colegas, companheiros, filhos e vivenciaram de forma diferenciada o contexto histórico. As das gerações de 40 e 50 sofreram maior influência da ditadura brasileira, dos movimentos sociais e feministas. As das gerações mais novas usufruíram maior liberdade de escolhas e opções pessoais e profissionais. Todas essas características fazem parte da formação de cada jornalista e influenciam na maneira pela qual elas administram o trabalho das emoções, combinando os códigos culturais, para realizarem suas interações com os ambientes público e privado.

REFERÊNCIAS

- Becker, H. (1993). *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec.
Bourdieu, Pierre (1999). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand.
Bourdieu, Pierre (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.

- Bourdieu, Pierre (2001). *Meditações pascalinas*. Rio de Janeiro: Betrand.
- Bourdieu, Pierre (1990). *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense.
- Bourdieu, Pierre (1997). *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Freidson, Eliot (1998). *Renascimento do profissionalismo*. São Paulo: Edusp
- Freidson, Eliot (1996). Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 31.
- Giddens, Anthony (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP
- Giddens, Anthony (1993). *As transformações da intimidade*. São Paulo: UNESP.
- Hochschild, Arlie Russel (1997). *The Time Bind*. New York: Metropolitan.
- Hochschild, Arlie Russel (2003). *The commercialization of Intimate life*. Los Angeles: University of California Press.
- Lauretis, Teresa de (1994). A tecnologia do gênero. Holanda, Heloísa Buarque de, Org. *Tendências e Impasses - O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Rocha, Paula (1999). A profissionalização em um jornal popular. Bonelli, M. da G., Org. *Teoria & Pesquisa*, n.º 28/29, pp. 63-95.
- Rocha, Paula (2004). *A mulher jornalista no estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos [Tese Doutorado].
- Sant'Anna, Francisco; Nardelli, Elizabeth (2002). *Mulher e imprensa na América Latina*. Brasília: Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal.
- Scott, Joan (1990). Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Vol. 16, n.º 2. Jul/Dez.
- Wolf, N. (1992). *O mito da beleza - como as imagens da beleza são usadas contra a mulher*. Rio de Janeiro: Rocco.

•

Paula Melani Rocha é Professora e Coordenadora do curso de Jornalismo da UniCOC, Ribeirão Preto (São Paulo, Brasil). Mestre e Doutora em Sociologia, pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Pós-graduação em Jornalismo em Harvard (Estados Unidos). Formada em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero e em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. E-mail: paulamelani@coc.com.br.

